

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIRIO

CONCURSO PÚBLICO

PROVIMENTO DE PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO

EM EDUCAÇÃO

DESENHISTA INDUSTRIAL

(WEB DESIGNER)

2014

Leia o trecho a seguir e responda às questões de 01 a 04.

Reescrever, editar e remixar na era digital: novos conteúdos?

Os historiadores da escrita defendem que ela passou por três grandes fases: manuscrita, livre impressa e eletrônica, cada uma definida por diferentes materiais e instrumentos. Também advertem que cada uma sobrevive ilimitadamente nas seguintes, se adequando a diferentes áreas de uso. Ao mesmo tempo que nascem novas práticas, nada desaparece, tudo se reorganiza.

Portanto, se apresentar as culturas escritas às crianças e aos jovens é fundamental, nos encontramos diante de um desafio: a cultura escrita é diversa. Ela existe de um modo manual, tanto a impressa como a digital. A questão não se reduz a deixar de escrever no papel para fazê-lo no computador. Quando se usam papel ou computador, são mantidos, em parte, os conteúdos a ensinar, mas se impõem novos e isso nos faz reformular o ensino.

(In : Revista Nova Escola, Sao Paulo: Abril, Ano XXVIII, n° 260. março de 20 13 , p. 71.)

1) A ideia central do texto é a

- a) incorporação das tecnologias de informação e comunicação, deixando de lado práticas tradicionais de escrita.
- b) necessidade de refletir sobre os novos modelos de comunicação e práticas de leitura e escrita na contemporaneidade.
- c) predominância do acesso ao computador, tendo em vista o avanço da tecnologia.
- d) preocupação com o avanço da tecnologia que está prejudicando a competência de escrita dos alunos.
- e) dependência do computador, levando a escola a priorizar os textos digitais.

2) Na expressão, “*nada desaparece, tudo se reorganiza*” pode ser considerada uma forma de

- I) Intertextualidade de base estilística, pois apresenta procedimentos similares conhecidos em outra situação discursiva.
- II) Comparação, por existir alguma semelhança com enunciados produzidos em situações similares.
- III) Construção discursiva que remete a um enunciado produzido em outro contexto.
- IV) Similaridade entre expressões de mesmo sentido e complementares.

Estão **CORRETAS**, somente, as afirmativas:

- a) II e III.
- b) I e II.
- c) II e IV.
- d) I e IV.
- e) I e III.

3) No texto “Portanto, se apresentar as culturas escritas às crianças e aos jovens é fundamental”, pode-se afirmar que

- I) O termo “Portanto” introduz, no fluxo de informação, um encadeamento discursivo, determinando a orientação do argumento.
- II) A expressão “às crianças” leva crase devido à regência do verbo “apresentar”.
- III) A partícula “se” funciona como referência à lugar como na frase “A questão não se reduz”.
- IV) O trecho “as culturas escritas às crianças e aos jovens” corresponde a uma redundância.

Estão **CORRETAS**, somente, as afirmativas

- a) III e IV.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I e II.
- e) I e IV.

4) No trecho final do texto “Quando se usam papel ou computador, são mantidos, em parte, os conteúdos a ensinar, mas se impõem novos e isso nos faz reformular o ensino”, é **CORRETO** afirmar que

- a) o uso da expressão “são fixados” em substituição a “são mantidos” não altera o sentido da frase.
- b) há um excesso de vírgulas na frase, colocadas de forma equivocada, principalmente em “os conteúdos a ensinar”.
- c) o termo “Quando” indica uma relação de temporalidade que evidencia uma simultaneidade no que diz respeito às ações subsequentes.
- d) a norma culta da língua portuguesa não flexiona o verbo “impor” como aparece em “impõem”.
- e) a conjunção “mas” confere sentido de concordância à afirmação que lhe antecede.

5) **NÃO** há relação de circunstância temporal no seguinte trecho:

- a) a Copa do Mundo de Futebol é um grande evento que se aproxima.
- b) a inovação chegou ao Brasil quase uma década depois de aparecer em países do hemisfério norte.
- c) haverá melhora na telefonia quando a cobertura do serviço for ampliada no país.
- d) desde janeiro, usuários de transportes públicos têm percebido mudanças nos trajetos.
- e) a tecnologia terá um marco a partir do próximo ano.

6) Segundo o novo acordo ortográfico, considerando os acentos das palavras “física, psíquica e biológica”, É **INCORRETO** afirmar que

- a) o novo acordo ortográfico provocou alteração de acentuação, principalmente, nas palavras paroxítonas.
- b) a acentuação das sílabas tônicas das palavras indicam que são proparoxítonas, que não sofreram alteração com o novo acordo ortográfico.
- c) as palavras estão acentuadas ainda seguindo as regras anteriores, pois, pelo novo acordo ortográfico, elas não seriam acentuadas.
- d) as paroxítonas, em sua maioria, segundo o novo acordo ortográfico, tiveram suprimidos os acentos diferenciais.
- e) as palavras estão acentuadas corretamente de acordo com o novo acordo ortográfico.

7) Para os argumentos

- I) Se chover então vai esfriar. Não está chovendo. Logo, não vai esfriar.
- II) Se chover então vai esfriar. Não está esfriando. Logo, não vai chover.

É **CORRETO** afirmar que

- a) Ambos são coerentes.
- b) Ambos são tautológicos.
- c) O argumento 1 é uma tautologia e o argumento 2 é uma falácia.
- d) O argumento 1 é uma coerência e o argumento 2 é uma falácia.
- e) O argumento 1 é uma falácia e o argumento 2 é uma tautologia.

8) Nos pares abaixo, há alteração **CORRETA** de acentuação, segundo o novo acordo ortográfico, em

- a) Próprias – Proprias.
- b) Renováveis – Renovaveis.
- c) País - Pais.
- d) Méier – Meier.
- e) Assembléia – Assembleia.

9) Quanto aos verbos que iniciam as frases “Vai ficar só olhando? Aproveite logo estas ofertas!”, é **CORRETO** afirmar que

- a) Destoam na flexão, pois apenas o verbo “aproveitar” está na segunda pessoa do singular.
- b) Destoam na flexão, pois apenas o verbo “aproveitar” está na terceira pessoa do singular.
- c) Estão flexionados corretamente na terceira pessoa do singular.
- d) Estão flexionados corretamente na segunda pessoa do singular.
- e) Estão conjugados no imperativo e se dirigem ao interlocutor da mensagem.

10) Nas frases “Precisam-se de costureiras” e “Contratam-se cozinheiros”, de acordo com as normas da língua portuguesa, é **CORRETO** afirmar que

- a) apenas, a primeira frase está correta, pois o verbo “precisar” tem sujeito indeterminado.
- b) apenas, a segunda frase está correta, pois o verbo “contratar” concorda como sujeito “cozinheiros”.
- c) as duas frases estão corretas, já que ambas têm sujeito indeterminado e pronome reflexivo.
- d) as duas frases estão incorretas, pois a indeterminação deixa o verbo na terceira pessoa do singular.
- e) as duas frases estão incorretas, pois a indeterminação deixa o verbo na terceira pessoa do plural.

11) O formato que representa um padrão de codificação de vídeo é

- a) UDP
- b) ATM
- c) ATP
- d) MPEG
- e) FTP

12) Sobre o envio de e-mail, pode-se afirmar que

- I) Para enviar uma mensagem de email, o remetente precisa informar o email do destinatário.
- II) A mensagem a ser enviada deve ser escrita em Microsoft Word e convertida em HTML.
- III) Para que a mensagem seja enviada corretamente, o usuário deve colocar o endereço do remetente na assinatura da mensagem.

A(s) afirmativa(s) **CORRETAS(s)** é(são) somente

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) II e III.
- e) I e III.

13) Em relação à resolução de imagens digitais, é **CORRETO** afirmar que podem ser definidas por

- a) dpi (dos per inch), ppi (pixels per inch) e lpi (lines per inch)
- b) apenas, dpi (dos per inch) e lpi (lines per inch)
- c) dpi (dos per inch), ppi (pixels per inch) e epi (eletronic per inch)
- d) apenas, ppi (pixels per inch) e lpi (lines per inch)
- e) apenas, dpi (dos per inch)

14) Em relação a arquivos compactados de imagens digitais, é **CORRETO** afirmar que o uso do JPEG, em geral, resulta em arquivos

- a) menores que o arquivo da imagem original.
- b) maiores que o arquivo da imagem original.
- c) maiores e com qualidade melhor que o arquivo da imagem original.
- d) do mesmo tamanho do arquivo da imagem original, porém com pixels menores.
- e) reduzidos e com pixels distribuídos aleatoriamente.

15) O tamanho aproximado de uma imagem BMP, sem compactação e em RGB, de tamanho 300 px x 300 px é de

- a) 100Kb
- b) 260Kb
- c) 360Kb
- d) 600Kb
- e) 900Kb

16) Considerando que a “resolução” significa uma unidade de medida em relação à qualidade da exibição de imagens digitais, pode-se afirmar que

- I) “Resolução da Imagem” refere-se ao tamanho da imagem, geralmente em *pixels*
- II) “Resolução do Monitor” significa a quantidade de cores possível para melhor exibição da imagem na tela.
- III) “Resolução de Profundidade” corresponde à profundidade de campo de exibição da imagem, geralmente expressa em dpi.
- IV) “Resolução de Saída” diz respeito à qualidade da exibição da imagem impressa.

São **CORRETAS**, somente, as afirmativas

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e IV.
- d) I e III.
- e) III e IV.

17) Em relação ao uso de imagens na internet, é **INCORRETO** afirmar que

- a) apenas, três formatos são utilizados: GIF, JPEG e TIFF.
- b) o formato PNG é de grande flexibilidade para exibição de imagens.
- c) recomenda-se o GIF para imagens com cores chapadas e o JPEG para fotografias.
- d) o formato PNG suporta transparência.
- e) em HTML para inserir uma imagem utiliza-se o tag .

18) O formato PDF se tornou popular para publicação na internet. Em relação ao formato PDF, é **INCORRETO** afirmar que

- a) o formato PDF preserva a formatação do documento que lhe deu origem.
- b) o arquivo em formato PDF pode ser alterado diretamente no Word.
- c) o formato PDF mantém a diagramação desejada e os dados do arquivo quando exibido online ou impresso.
- d) o formato PDF é útil para produção de documentos que serão impressos por meio de métodos comerciais de impressão.
- e) o arquivo PDF pode ser lido através do programa *Adobe Reader*.

19) Considerando o avanço da realização de negócios e comércio através da internet, é **INCORRETO** afirmar que

- a) O comércio eletrônico vem apresentando um faturamento crescente em relação ao registrado pelo comércio tradicional.
- b) O boleto bancário ainda é o pagamento mais utilizado.
- c) Preços competitivos, promoções e descontos são determinantes para a decisão de compra do público jovem que realiza compras pela internet.
- d) A segurança, ainda, é um fator de enorme preocupação e confiança que influencia a decisão de compra online
- e) Um dos fatores que mais influencia os índices de satisfação em compras *online* é o cumprimento do prazo de entrega.

20) Em um documento HTML, para posicionar um parágrafo de 90 px abaixo do topo e 110 px da margem esquerda, o estilo **CORRETO** a ser utilizado é:

- a) relative top: 90px; left: 110px
- b) position: relative; top: 90px; left: 110px
- c) position: margin-top: 90px; margin-left: 110px
- d) relative: margin-top; 110px; 90 px.
- e) position: absolute; top: 90px; left: 110px

21) O procedimento **ADEQUADO** de alteração no Photoshop que permitirá a inserção adequada de uma imagem de 1280 px por 720 px em um site desenvolvido para melhor visualização em monitores com resolução 1024 x 768 é

- a) o ajuste do tamanho de impressão.
- b) o aumento da resolução da imagem.
- c) a diminuição da intensidade das cores.
- d) o aumento da resolução dos monitores.
- e) a diminuição das dimensões da imagem.

22) Considerando a linha de código abaixo

```
<a href="http://www.nome_empresa.com.br"> </a>
```

O item a ser adicionado, para que o código seja validado pelos padrões da W3C é

- a) o atributo "alt"
- b) uma folha de estilos linkada.
- c) uma etiqueta de encerramento
- d) uma folha de estilos padrão HTML5
- e) o atributo "W3C checked"

23) Considerando os formatos de arquivos abaixo, aquele que suporta transparência em um navegador web é

- a) PSD.
- b) TIFF.
- c) JPG.
- d) GIF.
- e) MP3.

24) Para adicionar metadados a um arquivo JPG, as informações de direitos autorais devem ser digitadas em

- a) File > Scripts > Statistics
- b) File > Import > Annotations
- c) File > Save for Web > add JPG
- d) File > File Info e selecionar a guia Description
- e) File > Save for Web > Devices > lista Metadata

25) Considere as linhas de comando HTML abaixo:

```
<frameset rows = " 120 , * ">  
<frame src= tela1.html name = "info1">  
<frameset cols="160 , * ">  
<frame src= tela2.html name = "info2">  
<frame src= tela3.html name="info3">  
</frameset> </frameset>
```

É **CORRETO** afirmar que

- a) a tela 3 é resultado do total de colunas da área info 1.
- b) a área info1 possui 120 linhas.
- c) a área info2 é subdividida em dois frames.
- d) a info3 é a maior área da página.
- e) o número 160 refere-se ao percentual que a área info2 ocupa em relação à divisão total da página.

26) *Ruby on Rails* é um framework gratuito usado para facilitar o desenvolvimento de sites orientados a banco de dados. Em relação a este recurso, é **INCORRETO** afirmar que

- a) é altamente escalável.
- b) é também denominado RoR.
- c) trata-se de um framework completo.
- d) foi desenvolvido a partir da linguagem Ruby.
- e) suas aplicações são desenvolvidas através do padrão Model View-Controller (MVC).

27) Softwares de edição de imagens em projetos de webdesign são representados por

- a) Gimp e Adobe Flash.
- b) Adobe Flash, Adobe Photoshop e Adobe Dreamweaver.
- c) Gimp e Adobe Dreamweaver.
- d) Gimp e Adobe Photoshop.
- e) Adobe Photoshop, Adobe Dreamweaver e Gimp.

28) É **CORRETO** afirmar que o Gimp, por ser um software livre, é compatível com os sistemas

- a) Linux e Solaris
- b) Linux, OS X e Windows.
- c) OS X e Solaris
- d) OS X e Windows
- e) Chrome e Windows

29) Através de um CMS (Content Management System) é possível criar, editar e publicar conteúdo para web com agilidade e padrão. Considerando o desenvolvimento de um projeto através de um CMS, é **CORRETO** afirmar que

- a) invariavelmente, o uso de CMS exige que seu administrador de conteúdo tenha domínio sobre linguagens de programação.
- b) o CMS é uma ferramenta útil em webdesign, porém não se aplica para *blogs* e *sites* institucionais.
- c) oCMS é uma ferramenta que apresenta total segurança de informações institucionais.
- d) o CMS são ferramentas que substituem os bancos de dados em *blogs* e *sites* institucionais.
- e) por padrão, um CMS necessita de um banco de dados como requisito mínimo.

30) Sobre os tipos de ferramentas CMS (Content Management System), pode-se afirmar que

- I) Joomla é uma solução para ambiente web.
- II) Drupal é implementado em PHP.
- III) Subversion é implementado com linguagem PHP.
- IV) Moodle é de licença GPL e implementado em linguagem Java.

Estão **CORRETAS** as afirmativas

- a) I e III
- b) II e III
- c) I e II
- d) II e IV
- e) III e IV

31) Analise o código abaixo:

```
1. <html>
2. <head>
3. <title> Estrutura de Controle </title>
4. </head>
5. <body>
6. <%
7. Dim var01
8. Dim var02
9. Dim resultado
10. var01 = 10
11. var02 = 2
12. If var01>var02 Then
13. resultado = var01*var02
14. Else
15. resultado = var01/var02
16. End If
17. %>
18. <b>o resultado é <%=resultado%>.</b>
19. </body>
20. </html>
```

O resultado **CORRETO** da aplicação do código descrito é igual a

- a) 10
- b) 5
- c) 40
- d) 8
- e) 20

32) Sobre a linguagem CSS, é **CORRETO** afirmar que

- a) É uma linguagem específica para descrever formulários.
- b) É um desdobramento do HTML com sintaxe que utiliza elementos de outras linguagens como o javascript.
- c) É uma ferramenta que permite aos usuários configurar a interface em tempo real, com exceção da tipografia.
- d) É uma linguagem para descrição visual e formatação de páginas web, incluindo cores, *layout* e fontes.
- e) É uma ferramenta que traz módulos de desenho de tabelas e textos.

33) Em HTML, utiliza-se o FORM para encaminhar dados do cliente para processamento no servidor. Sobre os elementos de entrada de dados, é **CORRETO** afirmar que

- a) o atributo *type* é utilizado para valores numéricos somente.
- b) um campo de entrada definido como *password* passa a esconder seu conteúdo com asteriscos.
- c) o atributo *type* se implementado como valor *hidden* não exibirá o seu valor na interface.
- d) o atributo *text* permit também que o valor *submit* defina-se como botão.
- e) um campo de entrada definido como *login* pode ser descrito com valor *hidden*.

34) Considerando o CSS como um avanço no ajuste de estilo dos elementos em HTML, pode-se afirmar que

- I) CSS pode ser adicionado, utilizando o atributo *style* dos elementos HTML.
- II) O CSS pode ser adicionado por meio do elemento `<style>` dentro do `<body>`.
- III) O CSS pode ser adicionado usando um arquivo externo com a sintaxe *css*.
- IV) O CSS pode ser adicionado por meio de uma paleta de cores de um arquivo *jpg*.
- V) O CSS pode ser adicionado ao HTML por meio do elemento CSS `<css>`. Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta.

São **CORRETAS**, somente, as assertivas:

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.
- e) II e IV.

35) A sintaxe CSS **CORRETA** para a modificação da fonte do elemento h2 é

- a) `h3 { font-size:20pt; }`
- b) `font-size:h3 = 20pt;`
- c) `h3.font-size = 20pt;`
- d) `h3.font-size = { 20pt};`
- e) `h3 { font-size=20pt; }`

36) Sobre a definição de Arquitetura da Informação, é **INCORRETO** afirmar que se trata de

- a) uma combinação de organização, nomeação e esquemas de navegação dentro de um sistema de informação.
- b) uma disciplina que se preocupa com o comportamento das tarefas e os processos que os usuários encontram em *softwares* e sistemas informacionais quanto à interface.
- c) um conjunto de elementos estruturais de design de um espaço informacional para facilitar a completude de tarefas e o acesso intuitivo ao conteúdo.
- d) uma disciplina que estrutura e classifica *websites* e *intranets* para ajudar as pessoas a encontrarem e manipular informação.
- e) uma disciplina emergente focada em trazer princípios de design e arquitetura para o ambiente digital.

37) Para fazer um link em HTML da palavra “material” para o email “logistica@email.com”, a opção **CORRETA** é

- a) material
- b) <mailto="logistica@email.com">material</mail>
- c) <mailto=" material ">logistica@email.com</mail>
- d) logistica@email.com
- e) material

38) Sobre a legibilidade de texto na interface, pode-se afirmar que

- I) O comprimento da linha de um texto não afeta a legibilidade.
- II) Verdana e Georgia, respectivamente fonte sem serifa e fonte serifada, foram projetadas, especialmente, para a interface web.
- III) Existem vários testes capazes de medir a legibilidade de texto na tela, medir os movimentos oculares é um deles.
- IV) Os textos com fontes serifadas são recomendados apenas para interfaces de fundos claros.

São **CORRETAS**, somente, as assertivas,

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e IV
- e) I e III

39) Com relação aos direitos autorais para o uso de imagens em projetos de sites, é **CORRETO** afirmar que

- a) O webdesigner pode fazer uso de imagens de internet, desde que indique o site de onde retirou a imagem.
- b) A captação de imagens de outros sites não necessita de autorização do respectivo autor, pois as imagens já se tornaram públicas.
- c) Para evitar problemas, o webdesigner deve produzir suas próprias imagens ou adquirir, mediante comprovação, a autorização do autor ou detentor de direitos.
- d) A citação dos créditos com o nome do autor da imagem original garante a autorização da publicação.
- e) Desde que o webdesigner descaracterize levemente a imagem, seu uso passa a ser admitido.

40) Sobre o software Dreamweaver, é **INCORRETO** afirmar que

- a) não reconhece a linguagem *JavaScript*.
- b) permite visualizar o projeto por meio de três modos: *Código; Design; e Código e Design*.
- c) é possível vincular uma folha de estilos CSS ao documento HTML, pelos modos Link ou Import.
- d) possibilita visualizar o arquivo HTML no navegador padrão e também incluir outros navegadores para visualização das páginas editadas.
- e) aceita arquivos no formato SWF e permite inseri-los nas páginas HTML.

Publicidade danosa à criança

*Dalmo de Abreu Dallari**

O controle da publicidade dirigida à criança vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão, que é um direito fundamental da pessoa humana. Essa distinção é essencial, pois retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio, tentam sustentar a alegação de inconstitucionalidade das normas legais e regulamentares que fixam diretrizes para a publicidade dirigida à criança. Essa diferenciação entre o direito à liberdade da publicidade com o objetivo de promoção de vendas e, portanto, como capítulo da liberdade de comércio, e as limitações da publicidade que vise a captação de vontades, de maneira geral, afetando negativamente direitos fundamentais da pessoa humana, foi ressaltada com grande ênfase e com sólido embasamento jurídico pela Corte Constitucional da Colômbia, em decisão proferida no final de 2013. A questão que suscitou o pronunciamento da Corte Constitucional colombiana era a publicidade do tabaco e, tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão, que é atributo da pessoa humana universalmente consagrado, a Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas à publicidade comercial, para a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Essas considerações são necessárias e oportunas no Brasil, para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, enquanto seres humanos, assim como aos direitos e garantias que lhes são especificamente assegurados em documentos jurídicos internacionais e, expressamente e com grande ênfase, na Constituição brasileira de 1988. Como ponto de partida para as considerações jurídicas sobre a constitucionalidade das limitações legais e regulamentares à publicidade dirigida à criança, vem muito a propósito lembrar o que dispõe o artigo 227 da Constituição: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida..., à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Um dos instrumentos jurídicos tendo por objetivo garantir a efetividade desses dispositivos constitucionais é o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), órgão vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, criado pela Lei nº 8.242, de 1991. Entre suas atribuições está a competência para “elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente”, incluindo-se aí, evidentemente, a competência para o estabelecimento de diretrizes visando dar efetivo cumprimento às obrigações internacionais assumidas pelo Brasil em relação aos direitos da criança e do adolescente, de modo especial na Convenção sobre os Direitos da Criança, incorporada ao sistema normativo brasileiro em 1990. A isso tudo se acrescentam inúmeros dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei número 8.069, também de 1990, cujo artigo 72 dispõe que as obrigações nele previstas não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Foi justamente no sentido de dar efetividade a essas disposições jurídicas, que configuram obrigações do Estado brasileiro, que o Conanda editou a Resolução 163/2014, de 4 de Abril de 2014, fixando diretrizes sobre a publicidade comercial que é dirigida maliciosamente à criança, explorando suas fragilidades e, assim, ofendendo seus direitos fundamentais, induzindo-a a sentir a necessidade de consumir determinados bens e serviços, tendo o objetivo prioritário de proporcionar lucro aos anunciantes. A Resolução considera abusivo o direcionamento da publicidade e de comunicação mercadológica à criança, “com a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço”. São abusivos os anúncios que contêm linguagem infantil, trilhas sonoras de músicas infantis, desenho animado, promoção de distribuição de prêmios ou brindes colecionáveis, com apelo ao público infantil entre outros aspectos.

Voltando à observação inicial, essa Resolução do Conanda tem perfeito enquadramento nas disposições constitucionais e contribui para que o Brasil dê efetividade às obrigações jurídicas assumidas internacionalmente com relação à proteção dos direitos e da dignidade da criança e do adolescente. Não tem cabimento a alegação de inconstitucionalidade da Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências, que são direitos e obrigações jurídicas do Conanda e que, efetivamente, é um passo importante para o afastamento de abusos que são frequentemente cometidos na publicidade comercial dirigida ao público infantil. A proteção e a busca de efetivação dos direitos da criança e do adolescente devem ter, por determinação constitucional, absoluta prioridade sobre objetivos comerciais, não se podendo admitir que a liberdade de comércio se confunda com a liberdade como direito fundamental da pessoa humana. A aplicação da Resolução do Conanda será extremamente valiosa, contribuindo para que na vida social brasileira a criança e o adolescente sejam tratados como prioridades.

* *Dalmo de Abreu Dallari* é jurista. - *Jornal do Brasil digital* [HTTP://www.jb.com.br/dalmo-dallari/noticias/2014](http://www.jb.com.br/dalmo-dallari/noticias/2014)

41) O resumo mais adequado para o texto “Publicidade danosa às crianças” está indicado em

- a) Apresentando um breve histórico da educação de crianças no Brasil, o texto sobre Publicidade e Propaganda aborda sobre a linguagem. Há uma conceituação de propaganda enganosa e abusiva e, finalmente, trata da especificidade da mídia para crianças, relatando a influência e os efeitos da propaganda nesse público. Sendo a criança o ponto central, torna-se imprescindível a conceituação desse *target* e defendendo-a como ser humano em desenvolvimento. Elenca, por fim, os instrumentos jurídicos brasileiros, comparando-os aos da Corte colombiana, que, em tempos outros, decidiu sobre a propaganda de tabaco com repercussões públicas desfavoráveis à época.
- b) Sendo o impacto da propaganda destinada ao público infantil importante para as empresas e a sociedade, o artigo apresenta o entendimento das crianças na tarefa de interpretar/decodificar uma propaganda. O estudo, de caráter exploratório, envolveu pesquisa bibliográfica e entrevistas com crianças, além dos instrumentos jurídicos brasileiros, a exemplo da Constituição Federal de 1988, o Conanda e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Os resultados sugerem que as crianças reconhecem as marcas, conseguem entender os comerciais e manifestam influência das propagandas no consumo. Por isso, é essencial estudar o comportamento do consumidor, associando à liberdade de expressão, direito fundamental do ser humano.
- c) Baseando-se no direito fundamental do homem, trata o texto de posicionamento crítico acerca do controle da publicidade dirigida à criança, combatendo a ideia de direito à liberdade da publicidade para alcançar a promoção de vendas, visto a influência negativa que essa exerce nos pequenos. Traz à lume a decisão da Corte Constitucional da Colômbia quanto à publicidade do tabaco, ao enfatizar quão oportuna é a discussão sobre o tema no Brasil, mostrando que existem outros instrumentos jurídicos a exemplo do Conanda e do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a Constituição de 1988. Por fim, ratifica a necessidade de proteção dos direitos e da dignidade da criança em detrimento ao lucro incomensurável dos comerciantes.
- d) Buscando o discurso publicitário como um tipo de produção simbólica que objetiva fazer a aproximação entre o produto anunciado e o público-alvo, o artigo tem como objetivo analisar a publicidade à luz dos instrumentos jurídicos brasileiros, considerando a propaganda como um indicador privilegiado do contexto sociocultural onde é veiculada. A hipótese desenvolvida é que a publicidade recupera os elementos que fazem parte do repertório da cultura da sociedade a qual se dirige e, assim, pode ser considerada um reflexo das relações de sociabilidade e da cultura dessa sociedade. Nesse caso específico, a criança é um ser extremamente vulnerável, cabendo ao Estado protegê-la a exemplo do que acontece com outros países como a Colômbia.
- e) Defendendo a ideia de que a publicidade dirigida ao público infantil é danosa porque pressiona as crianças a desejarem cada vez mais bens de consumo, associando-os a um discurso enganoso de alegria, felicidade e status social, o artigo apresenta de forma analógica as repercussões ocorridas no Brasil e na Colômbia acerca dos instrumentos jurídicos que regem o bem estar das pessoas, especialmente, as crianças. Baseado no Conanda conclui que, além de trazer sofrimento às crianças que não podem adquirir esses bens devido à falta de recursos financeiros, essa pressão causa estresse familiar e não pode ser devidamente elaborada pelos pequenos, cujo senso crítico ainda está em desenvolvimento.

42) A dicotomia que representa o tema central do texto é

- a) direitos fundamentais X convivência familiar.
- b) liberdade de publicidade X promoção de vendas.
- c) direcionamento da publicidade X comunicação à criança.
- d) liberdade de comércio X liberdade de expressão.
- e) linguagem infantil X linguagem dos adolescentes.

43) De acordo com a norma padrão culta da língua, é **INADEQUADA** a ausência do acento indicativo de crase na seguinte relação de regência:

- a) “tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial (...)”(1º. §)
- b) “(...) para as considerações jurídicas sobre a constitucionalidade das limitações legais e regulamentares (...)” (2º. §)
- c) “(...) “pois retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio,(...) (1º. §)
- d) “(...) e as limitações da publicidade que vise a captação de vontades, (...)” (1º. §)
- e) “(...) ,contribuindo para que na vida social brasileira a criança e o adolescente sejam tratados como prioridades. (5º. §)

44) No trecho, “Essa diferenciação entre o direito à liberdade da publicidade com o objetivo de promoção de vendas e, portanto, como capítulo da liberdade de comércio,(...)”, a palavra em destaque estabelece, com o período anterior, valor semântico de

- a) conclusão.
- b) causa.
- c) explicação.
- d) consequência.
- e) oposição.

45) O trecho em que há falta de paralelismo entre os termos, de acordo com a norma culta padrão, é

- a) “(...) era a publicidade do tabaco e, tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão,(...)” (1º. §)
- b) “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida..., (...)” (2º. §)
- c) “(...) em relação aos direitos da criança e do adolescente, de modo especial na Convenção sobre os Direitos da Criança, incorporada ao sistema normativo brasileiro em 1990.” (3º. §)
- d) “Voltando à observação inicial, essa Resolução do Conanda tem perfeito enquadramento nas disposições constitucionais e contribui (...)” (5º. §)
- e) “para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, enquanto seres humanos, assim como aos direitos e garantias que lhes são especificamente assegurados (...)” (2º. §)

46) Em relação à palavra em destaque, o fragmento que apresenta valor sintático- semântico diferente é

- a) “(...) e não à liberdade de expressão, que é um direito fundamental da pessoa humana.”(1º. §)
- b) “(...) retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio, tentam sustentar a alegação de inconstitucionalidade das normas legais (...)” (1º. §)
- c) “(...) direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão, que é atributo da pessoa humana universalmente consagrado, (...)” (1º. §)
- d) “(...) Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências,(...) (5º. §)
- e) “(...) cumprimento das competências, que são direitos e obrigações jurídicas do Conanda e que, efetivamente, é um passo importante (...) (5º. §)

47) A derivação verbo/ nome de mesma relação semântica está contemplada no seguinte par:

- a) direcionar / direito
- b) cumprimentar / cumprimento
- c) disponibilizar / dispositivos
- d) alegar / alegação
- e) dignificar/ dignidade

48) A **CORRETA** identificação da função sintática do pronome sublinhado está indicada em

- a) “(...) e garantias que lhes são especificamente asseguradas em documentos jurídicos internacionais, (...)” (2º§) – adjunto adnominal
- b) “(...) vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão” – sujeito
- c) “(...) cujo artigo 72 dispõe que as obrigações nele previstas não excluem” (3º§) – complemento nominal
- d) “(...) com a intenção de persuadi-la para consumo de qualquer produto ou serviço (...)” (4º§) – objeto direto
- e) “ (...) não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados.” (3º§) – objeto indireto

49) No 3º parágrafo, a palavra ou expressão que faz a coesão entre as duas exposições, a saber: dos instrumentos jurídicos e dos dispositivos do Estatuto da Criança é

- a) cujo artigo.
- b) entre suas atribuições.
- c) nele.
- d) outras decorrentes.
- e) A isso tudo.

50) O ponto de vista defendido pelo enunciador acerca da influência da propaganda na vida das crianças é

- a) “São abusivos os anúncios que contém linguagem infantil, trilhas sonoras de músicas infantis, desenho animado, promoção de distribuição de prêmios (...)” (4º§).
- b) “Não tem cabimento a alegação de inconstitucionalidade da Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências (...)” (5º§).
- c) “A Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas à publicidade comercial, para a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana.” (1º§)
- d) “O controle da publicidade dirigida à criança vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão, (...)” (1º§)
- e) “ Um dos instrumentos jurídicos tendo por objetivos garantir a efetividade desses dispositivos constitucionais é o Conselho Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) (3º§).

51) A expressão *Essas considerações*, no início do 2º parágrafo, refere-se

- a) ao pronunciamento da Corte Constitucional Colombiana, especificamente, retomando o argumento de autoridade do 1º parágrafo.
- b) à rejeição de alegação de inconstitucionalidade e das limitações jurídicas, ratificando a negação predominante no texto.
- c) à decisão sugerida no final de 2013, exclusivamente, contrapondo essa ideia à exposta no 2º parágrafo como argumento mais forte.
- d) à valorização a ser dada ao longo do texto acerca da posição brasileira sobre a propaganda e a influência à formação infantil, corroborando a tese defendida.
- e) ao exposto no 1º parágrafo, abrindo um novo estágio no processo de argumentação.

52) No trecho: “ (...) e contribui para que o Brasil dê efetividade às obrigações jurídicas assumidas internacionalmente com relação à proteção (...)” (5º§), a oração em destaque indica, semanticamente, em relação à anterior, ideia de

- a) causa.
- b) concessão.
- c) proporção.
- d) consequência.
- e) finalidade.

53) Uma estratégia de argumentação utilizada pelo enunciador do texto é

- a) discorrer sobre a influência da Conanda nas atitudes dos adolescentes.
- b) expor diferentes comparações relativas às situações semelhantes em diferentes países.
- c) apresentar o que ocorreu na Corte Constitucional da Colômbia com a publicidade do tabaco.
- d) exemplificar a reação das crianças perante determinadas propagandas vinculadas na TV no ano de 2013.
- e) relatar fatos que influenciaram a decisão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

54) Para a finalização de seu texto, o enunciador utiliza a seguinte estratégia:

- a) Ratifica o exposto no artigo 227 da Constituição, exemplificando com caso concreto.
- b) Retoma o exposto no 3º§, apresentando as propriedades da Conanda e da Constituição.
- c) Fixa as diretrizes de novas ações para evitar novos abusos.
- d) Descreve a necessidade de cumprimento das obrigações internacionais.
- e) Determina diretrizes efetivas para novos procedimentos em âmbito nacional.

55) A linguagem predominante no texto é a referencial porque o produtor do texto

- a) utiliza processos expressivos para introduzir sentidos diferentes de palavras e expressões.
- b) apresenta modificações na estrutura das orações subordinadas.
- c) discorre acerca de fatos reais para defesa de seu ponto de vista.
- d) confronta elementos diversos com a presença de conjunções coordenadas.
- e) amplia o sentido das expressões populares com emprego de relações do tipo parte pelo todo.

56) O texto argumentativo é estruturado em três grandes partes, a saber: introdução, desenvolvimento e conclusão. Para sustentar seus argumentos, no desenvolvimento, o enunciador utiliza a seguinte estratégia de argumentação:

- a) argumento de autoridade, ao citar instrumentos jurídicos brasileiros.
- b) relação causa / consequência, ao citar instrumentos jurídicos de outros países.
- c) dados numéricos, ao propor levantamento de diferentes resoluções vinculadas à Secretaria de Direitos Humanos.
- d) analogia, ao comparar diferentes propagandas comerciais destinadas às crianças.
- e) ilustração, ao contar fatos de exploração infantil ocorridos em diferentes famílias.

57) O enunciador vai construindo o seu ponto de vista ao longo do texto. Os vocábulos utilizados que corroboram, semanticamente, o ponto de vista defendido é

- a) maliciosamente / abusos.
- b) obrigação / diretrizes.
- c) direcionamento / prioritário.
- d) colecionáveis / distribuição.
- e) linguagem infantil / disposição jurídica.

58) Há marca de oralidade no seguinte trecho:

- a) "(...), para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, (...) assim como os direitos (...)"
(2º. §)
- b) "(...) incluindo-se aí, evidentemente, a competência para o estabelecimento de diretrizes (...)" (3º. §)
- c) "A isso tudo se acrescentam inúmeros dispositivos do Estatuto da criança e do Adolescente, lei número 8.069, (...)" (3º. §)
- d) "(...) que configuram obrigações do Estado brasileiro, que o Conanda editou a Resolução 163/2014, (...)"
(4º. §)
- e) "Essas considerações são necessárias e oportunas no Brasil, (...)" (2º. §)

59) A **CORRETA** classificação da predicação dos verbos em destaque está contemplada em

- a) "Essa distinção é essencial, pois retira a base jurídica" (transitivo indireto).
- b) "A Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas (...)" (transitivo direto e indireto).
- c) "A questão que suscitou o pronunciamento da Corte (...)" (transitivo direto).
- d) "A resolução considera abusivo o direcionamento da publicidade (...)" (verbo de ligação).
- e) "(...) para que se dê efetividade aos direitos fundamentais da criança (...)" (verbo transitivo direto).

60) A função das aspas no 2º. e no 3º. parágrafos é

- a) representar uma legenda jurídica.
- b) assinalar uma crítica irônica.
- c) realçar o sentido de uma expressão.
- d) destacar uma transcrição textual.
- e) separar uma expressão explicativa.

61) Suponha que um usuário está utilizando um computador com Sistema Operacional Windows e, para liberar espaço no disco rígido (Hard Disk - HD) do computador, resolveu apagar alguns arquivos do HD da seguinte forma: selecionar o arquivo, clicar com o botão direito do mouse e, posteriormente, escolher a opção Excluir. Após terminar de apagar todos os arquivos desejados, ele percebeu que apagou por engano um arquivo muito importante. A fim de recuperá-lo, o usuário deve

- a) acessar a *Cache*, selecionar o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
- b) acessar o diretório onde estava o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
- c) acessar a Lixeira, selecionar o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
- d) o arquivo não pode ser recuperado sem a utilização de ferramentas específicas para a recuperação de arquivos.
- e) desligar o computador para que este atualize o controle dos arquivos a serem recuperados.

62) Uma loja decide dar um prêmio aos funcionários que alcançarem vendas 50% acima da meta estipulada. Suponha uma tabela em que cada linha terá os dados de um vendedor, na coluna C terá a meta de cada vendedor (valor na moeda brasileira Real) e na coluna D, o somatório da venda de cada vendedor no período pré-estipulado (valor em Reais). Deseja-se que as palavras "Recebe Prêmio" e "Não Recebe Prêmio" sejam colocadas automaticamente na coluna E em função dos valores presentes nas colunas C e D. Como exemplo, o conteúdo da célula E2 seria

- a) =SE(D2>(C2*1,5);ENTÃO="Recebe Prêmio"; SENÃO="Não Recebe Prêmio").
- b) =CASO(D2>(C2*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio").
- c) =CASO(D2>(C2*1,5);ENTÃO="Recebe Prêmio"; SENÃO="Não Recebe Prêmio").
- d) =SE(D2>(C2*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio").
- e) =CONDIÇÃO(SE(D2>(C2*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio").

63) Após fazer várias buscas na internet, um profissional não salvou, como anotação em papel nem utilizando a pasta adequada do navegador de internet, os endereços dos sites interessantes que visitou. Para não precisar realizar as buscas novamente, o profissional poderá ter acesso aos sites visitados na lista presente

- a) na *cache* do computador.
- b) nos *cookies* armazenados localmente.
- c) no diretório de *downloads* local.
- d) nos favoritos do navegador utilizado.
- e) no histórico de navegação do navegador utilizado.

64) Para proteger a rede (ou um sistema) de uma empresa, impedindo que *hackers* ou softwares mal-intencionados (como worms) obtenham acesso aos computadores através da rede ou da Internet, a empresa deve instalar um

- a) Bloqueador de *Pop-ups*.
- b) Bloqueador de *Spam*.
- c) *Firewall*.
- d) DNS.
- e) *Phishing*.

65) Suponha que você está viajando a trabalho e deve encaminhar relatórios diários sobre as reuniões, em um arquivo digital, para seu chefe. Nesse caso, considere as seguintes possibilidades pelas quais você pode encaminhar diariamente os seus relatórios:

- I) Salvando o arquivo na área de trabalho do seu computador.
- II) Enviando mensagens eletrônicas (*e-mail*) para o chefe, anexando relatórios.
- III) Utilizando um serviço de armazenamento de dados em nuvem, salvando os relatórios em uma área de dados, compartilhada entre você e o seu chefe, e enviando, em seguida, mensagens eletrônicas (*e-mail*) para seu chefe, informando o armazenamento dos relatórios.

A(s) assertiva(s), **VERDADEIRA(S)** é(são), somente

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) I.
- e) II.

66) O servidor público, segundo a Lei nº 8.112/90 e atualizações, responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições funcionais, **EXCETO**:

- a) a indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada em única parcela em trinta dias, não se admitindo parcelamento aos servidores aposentados ou que se encontre preso.
- b) nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.
- c) a responsabilidade civil decorre de ato comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário público ou a terceiros.
- d) a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- e) as sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si, mas a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

67) No ano de 2012, a UNIRIO realizou concurso público para o cargo de Professor Adjunto I, sendo aprovado no certame Marcus Silva, que nomeado em portaria pelo Reitor, tomou posse e, no prazo legal, entrou em exercício. Na avaliação para o desempenho do cargo decorrente do estágio probatório, verificou-se sua justa adequação a quase todos os fatores descrito na lei 8.112/90, exceto o dever de produtividade científica. Considerando essa situação hipotética, analise a questão do estágio probatório e os deveres funcionais do servidor Marcus Silva, conforme a lei regente:

- a) A ética no serviço público, assiduidade, responsabilidade, comportamento e a higiene pessoal são causas que podem levar o servidor à reprovação no estágio probatório, enquanto o dever da produtividade é relativizado por ser um fator subjetivo, não passível de exoneração.
- b) Caso adquirisse estabilidade no cargo de professor, só mediante sentença judicial poderia perdê-lo, em virtude de, após estágio probatório em que se afere a capacidade para o desempenho do cargo, pois o servidor Marcus Silva violou apenas um fator, o da produtividade, cumprindo os demais de forma integral. Nesse caso, o servidor Marcus Silva, apenas, foi reprovado parcialmente no estágio probatório e assim não será exonerado.
- c) Durante o estágio probatório se afere apenas a aptidão para o desempenho do cargo, Marcus Silva não poderá ser exonerado, apenas, em razão da infringência de apenas um dever funcional, o da produtividade, que deveria se somar a todos os outros fatores, para somente levar à reprovação no estágio probatório. Assim o servidor Marcus Silva não será exonerado.
- d) No estágio probatório se afere a aptidão e a capacidade para o desempenho do cargo de professor, no qual entre outros fatores, exige-se o de produtividade científica que não foi comprovada. Assim o servidor Marcus Silva não foi aprovado no estágio probatório e será exonerado, independentemente do cumprimento dos outros fatores indicados em lei.
- e) Mesmo que Marcus Silva fosse servidor estável da UNIRIO, somente seria afastado do serviço público devido à reprovação no estágio probatório sob o fundamento da baixa produtividade aliado à baixa assiduidade, já que no estágio probatório se afere, apenas, a capacidade para o desempenho do cargo.

68) A reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, conforme a Lei 8.112/90, denomina-se

- a) aproveitamento.
- b) readaptação.
- c) recondução.
- d) reintegração.
- e) disponibilidade.

69) Na reintegração de servidor e encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo. Quando o cargo público foi extinto, por decorrência no campo do avanço tecnológico, o servidor não será demitido, mas colocado em

- a) aproveitamento.
- b) readaptação.
- c) disponibilidade.
- d) recondução.
- e) na reserva.

70) No caso de deslocamento de cargo de provimento efetivo, por interesse da administração, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), denomina-se

- a) ajustamento de lotação e da força de trabalho.
- b) reserva renumerada.
- c) redistribuição.
- d) reorganização de órgão ou entidade.
- e) disponibilidade ou aproveitamento.